MOBILIZAÇÃO LOCAL:
RIBEIRINHOS E A LUTA PELA MELHORIA DE VIDA NA ÁREA INSULAR DE BELÉM/PA

LOCAL MOBILIZATION:
RIVER PEOPLE AND THE FIGHT FOR THE IMPROVEMENT OF LIFE ON THE ISLANDS OF BELÉM/PA

Thainá Guedelha Nunes [1]

Resumo: Este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre o processo de mobilização no período em que envolve a criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, tendo como foco o Centro Comunitário da Comunidade Igarapé do Combu, uma das comunidades da ilha localizada na área insular de Belém. A partir disto, busca-se debater sobre a interação entre os atores sociais envolvidos no processo de mobilização local que visava a luta pela melhoria de vida daquela população tradicional que apesar de estar muito próxima da área urbana, onde se encontram as sedes administrativas sob a qual a ilha está submetida, seu acesso à infraestrutura básica e serviços são bastante precários. Porém, após várias conquistas, essa comunidade tem passado por uma crescente desmobilização, o que busco compreender e elencar os possíveis motivos para este acontecimento político.

Palavras-chave: Ilha do Combu; Mobilização Local; Ribeirinhos.

Abstract: This work objective is to reflect about the mobilization process during the Environmental Protection Area of Combu Island foundation process, focusing on the Igarapé do Combu community center, one of the EPA communities located in the island area of Belém. Then, discuss the interaction between the social actors involved in the process of local mobilization that aimed to improve traditional population life, which, although very close to the urban area, where the administrative head offices of public service of this island is located, the access to basic infrastructure and services are very precarious. However, after several achievements, this community has been through a growing demobilization, which I seek to understand and list the possible reasons.

Keywords: Combu Island; Local Mobilization; River people.

[1] Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.

1 – UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE POPULAÇÕES TRADICIONAIS

O Brasil é formado por uma grande diversidade sociocultural, cada qual com as suas particularidades, características, identidades e territorialidades, sendo importante estudar cada caso particular dentro desta miríade de populações e sua relação com seus "lugares" onde produzem o seu viver. Para compreender a localidade a qual se propõe estudar é importante perceber a qual contexto maior na qual ela está inserida e relacionada. Tal tarefa, entretanto, não deve ser encarada como simples, apesar de muito ser debatido por cientistas sociais, pois:

> "Esse grande leque de grupos humanos costuma ser agrupado sob diversas categorias − "populações", "comunidades", "povos", "sociedades", "culturas" − cada uma das quais tende a ser acompanhada por um dos seguintes adjetivos: "tradicionais", "autóctones", "rurais", "locais", "residentes" [nas áreas protegidas] (LITTLE, 2002, p 2). "

Cada um dos arranjos feitos a partir destas categorias traz consigo diferenças, inclusive dentro de um mesmo segmento, por isso é necessário problematizar tais classificações. Sendo assim, um determinado grupamento humano não deve ser encarado como idêntico a outro, por mais que ambos sejam enquadrados em uma mesma classificação, ou seja, uma comunidade quilombola pode apresentar inúmeras diferenças de outra situada numa diferente localidade, assim como uma comunidade ribeirinha de Belém pode ter suas particularidades diferentes de outras da mesma cidade, das outras localizadas no Pará e as dos outros estados e regiões.

A realidade estudada que serviu de base para a reflexão neste artigo é a da Ilha do Combu, mais especificamente de uma de suas cinco comunidades, a Igarapé do Combu, e sua escolha ocorreu devido a sua característica peculiar que é a proximidade de uma realidade ribeirinha com a área urbana de Belém. Tal localidade está inserida no que se convencionou chamar de "populações tradicionais", que por sua vez abrangem vários segmentos, tais como, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, extrativistas etc. Compreendo o termo "populações tradicionais" a partir da concepção de Diegues (2000):

> "assim, (...) estamos utilizando a noção de "sociedades tradicionais" para nos referirmos a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. (DIEGUES, 2000, p. 22) "

A característica apontada por Diegues "de forma mais ou menos isolada" é algo que tem que ser problematizado, pois há muitas populações tradicionais que não são isoladas e que se encontram muito próxima das realidades urbanas e mantendo uma relação frequente e constante, e mesmo assim se desenvolvem mantendo suas características "tradicionais". Esse é o caso do local do estudo, que, dentro desta categoria maior, fazem parte do que se denomina de comunidades ribeirinhas, termo esse que será o utilizado no decorrer deste trabalho.

Neste sentido, entendemos e assinalamos que:

> "A designação populações tradicionais ou sociedade tradicional implica a presença da fronteira tradicionalismo/modernidade", pois nenhuma população é 100% tradicional ou 100% moderna. Sendo assim para se estudar uma comunidade é importante verificar a relação Tradicional ←→ moderno, uns tendem mais para um lado, outros tendem mais para o outro, pois a dinâmica social e a cultura não são estáticas, estando em constante mudança, a questão é que em cada localidade as mudanças ocorrem de maneira diferenciadas. Então cabe ao antropólogo fazer uma análise profunda do local "para avaliar o status de tradicionalismo e modernidade e, enfim, rotular com segurança o grupo estudado, sem risco de classificações equivocadas. " (FORLINE & FURTADO, 2002, p. 213).

É imprescindível ressaltar que se pode compreender o ator rural, assim como o indígena, numa moldura imaginária que esteja parada no tempo, pois é um erro associar a palavra "tradicional" à imobilidade histórica e ao atraso econômico. O tradicional que aqui está sendo utilizado está mais relacionado com o conceito de tradição, no qual há um constante processo de transformação que atualizam, entretanto mantém tradições culturais (LITTLE, 2002, p 23).

Desta forma, são fundamentais para essa discussão as elaborações que indicam e assinalam a necessidade de:

> "revisão do conceito de populações tradicionais, (além de ser) necessário, também, estender-se essa reflexão para os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade, pois estes, a nosso ver, não se fundem apenas pela noção de desenvolvimento do produto interno bruto, pelo potencial de recursos disponíveis, pelas perspectivas de exploração desses recursos pertinentes e que estão dentro da territorialidade a que pertencem a essas populações, mas devem levar em consideração vários fatores: as condições que essas populações têm de explorá-los, de ter acesso aos mananciais onde estão seu objeto de trabalho; os saberes que envolvem essa apropriação, uso e distribuição desses recursos; as necessidades e os direitos que cada grupo social tem sobre o patrimônio natural; as formas nativas de classificação e construção de seus territórios, de suas reservas naturais; a dinâmica da vida social, a qual se enquista! Mas evoluem, sim, por processos de escolha social, determinados por princípios culturais, pelas variáveis sociais e econômicas e pela dinâmica dos processos que, historicamente, estão sujeitas. (FORLINE & FURTADO, 2002, P 222). "

Outro autor fundamental na discussão conceitual de populações tradicionais é Antonio Carlos Diegues que em *Biodiversidade e Comunidades Tradicionais* proporciona uma interessante caracterização que em muito contribui para o tema, este nos diz que,

> "Pode-se dizer que essas sociedades se caracterizam: a) pela dependência frequentemente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida; b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração; c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção.de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) pela reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações d e parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas; i) pela tecnologia utilizada que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) pelo fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) pela auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 1999, p 21-22). "

A Ilha do Combu se encaixa no conjunto desta caracterização, podendo ser considerada como uma população tradicional. Dentro desta classificação se encontram pequenas comunidades (vilas e povoados) amazônicas, indígenas, pequenos produtores de pesca e pequenos produtores agrícolas (pequenos produtores mercantis), comunidades pesqueiras, extrativistas, ribeirinhos etc., sendo que Diegues (1999) insere os caboclos/ribeirinhos no grupo de populações tradicionais extrativistas, juntamente com seringueiros e castanheiros. É claro que não se pode deixar de levar em consideração que há muitas diferenças entre uma comunidade e outra, entre uma localidade e outra, porém o que está sendo levado em consideração para fins classificatórios são as semelhanças partilhadas.

2 – A COMUNIDADE IGARAPÉ DO COMBU E SUA MOBILIZAÇÃO LOCAL

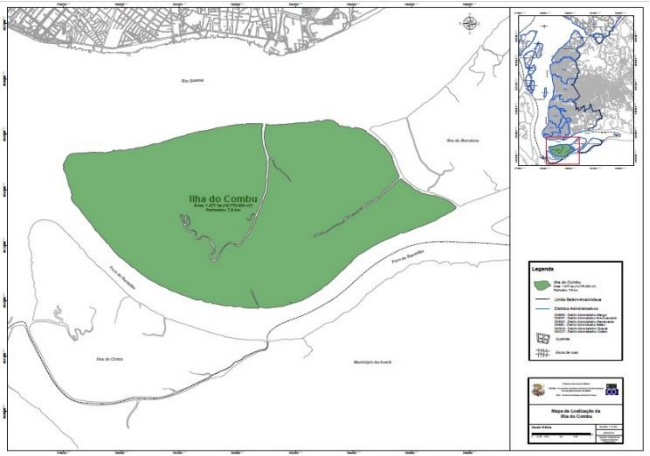
A Amazônia e os povos que aqui habitam há muito tempo é alvo de interesse de pesquisas, desde os viajantes

naturalistas até os dias atuais, das mais variadas áreas de estudo. A Antropologia se faz muito presente na produção acadêmica do contexto amazônico, seja rural ou urbano, e suas diversas temáticas e problemáticas, sendo as populações ribeirinhas um dos grupos característicos que povoam essa região.

Belém possui uma grande área insular composta por 39 ilhas, de acordo com a prefeitura de Belém, e dentre estas se encontra a Ilha do Combu. Os moradores dessa ilha fazem parte de uma população que compõe a área rural de Belém que até 2010 possuía um total de 11.924 pessoas que, hoje, encontram-se morando somente na ilha citada 560 famílias, o que daria entorno de mais de 2.000 pessoas. (IBGE, 2010)

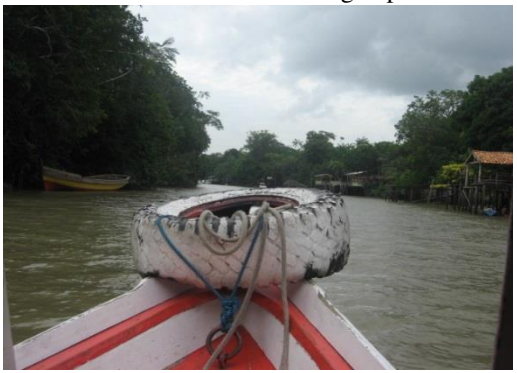
A Ilha do Combu (mapa 1) está situada nas margens do Rio Guamá com a Baia de Guajará, ao lado da Ilha Murutucum, sendo circundada também pelos furos do Benedito e da Paciência, e entrecortada pelos Igarapés Combú, Periquitaquara, Tapera e Traquateua. A ilha tem cenário tipicamente amazônico, com uma área de várzea, igarapés, com uma área de 15 km², estando a 1,5 km da zona urbana de Belém, sendo a quarta maior ilha do município. A população humana presente na ilha está distribuída em cinco comunidades, são elas: Igarapé do Combú, Igarapé do Piriquitaquara, Furo da Paciência, Furo do São Benedito e Beira do rio Guamá, sendo a primeira a comunidade que é enfocada neste artigo (figura 1).

Mapa 1: Localização da Ilha do Combu, Belém-Pará



Fonte: CODEM, 2014.

Figura 1: Entrada da comunidade do Igarapé do Combu



Fonte: Thainá Nunes. 2010.

A Ilha do Combu é uma Área de Proteção Ambiental (APA) e também um Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) e os principais atores locais na época da sua criação eram pesquisadores do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) e moradores mais velhos da ilha, e mobilização presente na ilha e a articulação com os órgãos públicos de Belém proporcionou, por exemplo, suas principais conquistas na época que foi a construção da escola e do posto de saúde da ilha.

Em 1997, a Prefeitura de Belém promoveu o "I WORSHOP das Ilhas de Belém" que reuniu setenta (70) representantes e quarenta e duas (42) Instituições para debater sobre a importância da criação dos planos diretores específicos para cada ilha e a realização do plano de desenvolvimento destas (DERGAN, 2006). A partir do WORKSHOP a "Associação das Ilhas", em que havia representantes de várias ilhas dos arredores de Belém, intensificou o debate sobre demandas locais com encaminhamento de solicitações e reivindicações para o poder público, assim como projetos de ações que beneficiassem o seu território.

Neste mesmo ano foi criada a APA do Combu, tendo como principal motivação, e argumentos, evitar a derrubada dos açaizeiros de onde tiravam o palmito, principalmente na entressafra do açaí, como consta na lei de criação da mesma e, ligado a isso, preservar um território que fazia parte de uma área metropolitana e que, diferentemente da área urbana, ainda mantinha a natureza muito preservada com uma pequena população ribeirinha que mantinha uma relação estreita com a mesma.

A população que ali se estabeleceu cada vez mais se adaptou ao local e a partir das suas relações sociais foi construindo sua identidade, sua cultura, apesar da proximidade geográfica de Belém. E com o passar do tempo o número de habitantes crescia paulatinamente. Apesar de manterem uma relação com a natureza tendo como prioridade a sua subsistência, o crescimento populacional, a ausência de variedade de opções de renda na entressafra do açaí e sua grande proximidade com o centro urbano de Belém foram alguns dos aspectos que preocuparam os atores sociais atuantes na época, principalmente os externos.

Então, essa foi uma estratégia para garantir a manutenção do modo de vida local, uma cultura ribeirinha, e do usufruto do seu território por seus moradores garantindo legitimação na proteção contra os impactos socioambientais do "progresso", assegurando assim que o seu habitat, baseado na relação íntima com a natureza, não se degradasse, possibilitando que a comunidade, e as gerações futuras, pudessem continuar usufruindo dos recursos naturais para sua produção e reprodução. Consequentemente, a diversidade biológica da área insular de Belém estaria protegida, a ocupação local seria mais disciplinada em prol da sustentabilidade da natureza e de seus recursos. Sendo assim, destacava-se a priori:

> **Art. 3º** - Na APA da Ilha do Combú ficam proibidos ou limitados:

> I. A implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras;
> II. A realização de obras de terraplanagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas não forem restritamente necessárias para atividades afins;
> III. O exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies da biota regional;
> IV. O uso de biocidas, quando indiscriminados ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais.
> (Lei n. 6.083/1997: Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu no Município de Belém).

Porém, parece-nos, assim como a maioria das ações locais, esta não foi uma iniciativa da população local. O início se deu através da pesquisa da equipe do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), instituição pioneira nas pesquisas na ilha, que por meio das pesquisas de Anthony Anderson sobre o estudo da flora local foi o primeiro a constatar a possibilidade de uma degradação futura a partir da derrubada desenfreada das palmeiras para extração do palmito, e que apesar dos moradores terem ações sustentáveis com o meio ambiente, os mesmos poderiam se desenvolver mais nesse sentido com a ajuda das instituições de Belém, mesclando os saberes tradicionais com os científicos.

Posteriormente o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) tomou conhecimento desta pesquisa e, assim, iniciou-se o debate sobre transformar a Ilha do Combu em uma Unidade de Conservação, e para isso foram utilizados estudos científicos, bem como a demarcação geográfica. Neste sentido, algumas lideranças da ilha foram chamadas para participarem deste processo que, juntamente com a Assembleia Legislativa, culminou na elaboração da lei que oficializou a APA Ilha do Combu.

A proposta do pesquisador do MPEG, primeiramente, foi transformá-la em uma RESEX, porém depois de diversos debates vislumbrou-se que será melhor ser uma APA, principalmente porque ser favorável e coerente com os anseios e perspectivas da população local.

Neste sentido, os principais atores envolvidos no processo foram o MPEG, principalmente na figura do pesquisador Antony Anderson, o IDESP, a Assembleia Legislativa e alguns poucos líderes das comunidades da ilha, com um interesse em comum: a preservação ambiental e cultural da ilha.

A partir de todo debate e ação ocorridos até então, em 1997, a Ilha do Combu se tornou uma Área de Proteção Ambiental, ou seja, uma área mais ou menos extensa que possui alguma ocupação humana, contendo como características componentes bióticos, abióticos, estéticos e/ou culturais com uma importância especial para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Uma APA tem como objetivos basicamente proteger a biodiversidade, através de uma conscientização da ocupação humana local e seu uso sustentável dos recursos naturais, sendo estabelecida na Lei n. 6.083/1997 que estabelece:

> **Art. 2º** – Na elaboração dos estudos básicos, plano de manejo, implantação e funcionamento da APA do Combú, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:
> I. VETADO
> II. VETADO
> III. VETADO
> IV. A utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção e uso racional dos recursos naturais;
> V. Aplicação, quando for necessário, das medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de sensível degradação da qualidade ambiental, em especial as atividades de derrubada dos açaizeiros, para a retirada do palmito;
> VI. A divulgação das medidas preventivas desta Lei, objetivando o esclarecimento do povo, em especial, a comunidade local, sobre a APA e suas finalidades.

A APA da Ilha do Combu tem como órgão gestor a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), e para que fossem alcançados os propósitos de uma Unidade de Conservação era necessário um conselho gestor deliberativo que foi criado somente em 2008, mas apenas em 2013 foi criado o regimento interno da APA da Ilha do Combu, sendo composto por 20 membros divididos entre 10 representantes do poder público e 10 representantes da sociedade civil, estando nestes incluso a comunidade, instituições de pesquisa, ONGs e OSCIPs, tendo cada membro um suplente. De acordo com a Portaria n. 1.945/2008, temos que:

> Art. 2° - Compete ao Conselho da APA da Ilha do Combu:
> I - Acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, garantindo o seu caráter participativo;
> II - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
> III - envidar esforços para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
> IV - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;
> V - ratificar a contratação e os dispositivos do termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, no caso de gestão compartilhada da unidade por determinação do órgão executor;
> VI - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade, no caso do inciso anterior;
> VII - manifestar-se, sempre que solicitado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação;
> VIII - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade; e
> IX - elaborar o seu regimento interno.

As reuniões tinham como objetivo discutir, planejar e executar as ações da APA buscando a conservação dos

recursos naturais e o desenvolvimento das populações ribeirinhas residentes neste território.

A partir de dezembro 2008, com a Portaria n. 2.526/2008, foram oficialmente nomeados os componentes do conselho, passando assim a integrar as suas reuniões. As representações, que podem ser consideradas como a garantia de espaço de atuação dos atores que deram continuidade na concretização da criação da APA, e que compuseram o Conselho Gestor Deliberativo foram: Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA; Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio; Companhia Paraense de Turismo – PARATUR; Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém – SEMMA; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; Assessoria de Relações Interinstitucionais da Polícia Civil; Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPU; Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Comunidade do Igarapé Combu (Centro Comunitário em questão); Centro Comunitário Santo Antonio; Associação dos Moradores do Furo São Benedito a Preservar; Comunidade Beira do Rio; Associação dos Moradores e Usuários do Projeto de Assentamento Agro-Extrativista – PAE Combu; Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belém – STTR; Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI; Cooperativa dos Barqueiros da Ilha do Combu; Cooperativa dos Artesãos da Ilha do Combu.

3 – SOBRE A MOBILIZAÇÃO NA COMUNIDADE IGARAPÉ DO COMBU E OS ATORES ENVOLVIDOS

Apesar da participação de algumas lideranças locais, o que se pode perceber nos documentos e estudos sobre aquela época é que a população como um todo não fazia parte do processo.Mesmo sendo, todos, os beneficiários dos resultados, a maioria não estava ciente da existência do processo de criação da APA. Muitos só ficaram sabendo de sua discussão e debates para sua implementação só depois da APA já ter sido oficializada, haja vista que no cotidiano nada havia visivelmente se alterado, porém, apesar de muitos não terem ficado muito felizes por não terem sido consultados, aceitaram pelo fato de compreenderem como algo benéfico para si.

Lideranças da Comunidade Igarapé do Combu se apropriaram também desta ação e aparentemente a mobilização dos atores sociais vinculados à população tradicional de Belém se encontrava em seu ápice, e a comunidade ribeirinha Igarapé do Combú marcava presença nesse processo buscando o desenvolvimento do seu território e participando da governança do mesmo.

Havia um centro comunitário na comunidade que surgiu na década de 80 devido as necessidades de melhorias na ilha, a partir da interação da comunidade com instituições de pesquisas, principalmente MPEG, órgãos e pesquisadores. Este centro comunitário funcionava por meio de reuniões que aconteciam a cada dois meses.

O centro comunitário foi crescendo, passando a fazer parte da Associação das Ilhas de Belém, com representantes de cada ilha, que a partir do momento que entenderam sua vinculação com a cidade, se reuniam e debatiam sobre suas reivindicações e encaminhavam solicitações às esferas públicas de Belém.

Mas também visava valorizar as atividades que possibilitassem renda extra, com organização de cooperativa e oficinas, como a de artesanato da utilização das folhas de "guarumã", ou a confecção de colares e bijuterias com as sementes encontradas na ilha. (DERGAN, 2006, p. 114)

A atuação do centro comunitário dessa comunidade demonstra que houve uma grande organização dos moradores, tendo como resultado, por exemplo, a unidade pedagógica e o posto de saúde, como já foram mencionados anteriormente. E, mais recentemente, a distribuição de energia elétrica na ilha, quando somente algumas famílias possuíam geradores de energia. Esta exigência vinha de longa data e finalmente foi atendida pelos órgãos competentes, apesar de terem prometido a instalação da energia elétrica para até o ano de 2010, sendo concluída somente em 2014!

No entanto, com o passar do tempo a mobilização dos atores locais foi perdendo força e o centro comunitário foi diminuindo suas reuniões e atividades até que o mesmo deixasse de existir. Alguns moradores relataram que o "povo" da comunidade Periquitaquara é mais unido, mobilizado e atuante do que as demais comunidades, ainda mantendo seu centro comunitário (Centro Comunitário Santo Antônio).

A crescente desmobilização e desarticulação parece ter resultado, também, na extinção da Cooperativa dos Artesãos da Ilha do Combu, apesar da Cooperativa dos Barqueiros da Ilha do Combu continuar existindo somente para a realização do transporte fluvial que é feito por moradores da ilha, que, vale ressaltar, não possui um funcionamento regular diário como outras ilhas, Cotijuba e Ilha do Marajó, por exemplo.Isso ocorre, possivelmente, devido a própria dinâmica da Ilha do Combu ser diferenciada do que as outras ilhas mencionadas, pois esta não dispõe de pousadas e extensão de areia que caracterizaria uma praia de água doce, como a Ilha de Cotijuba.

O fato da maioria dos moradores possuírem embarcação (alguns possuem mais de um tipo...) fazem com que não sintam necessidade de um transporte fixo e regular, sendo assim o transporte para ilha é feito somente aos finais de semana pelo Trapiche da Praça da Princesa Isabel, sem horário fixo, tendo como destino dos turistas quase que exclusivamente os bares presentes na ilha.

Durante a semana quem quiser fazer a travessia precisa ligar para um dos barqueiros para solicitar o serviço, sendo mais em conta a ida em grupo, pois não há um valor tabelado para a travessia durante a semana.

Apesar de a ilha ter alcançado melhorias e se desenvolvido, seus moradores ainda enfrentam cotidianamente vários problemas, sendo que os principais apontados pelos mesmos são: ausência de saneamento

básico; ausência de coleta de lixo, sendo o lixo queimado pela maioria, mas alguns ainda acabam o jogando no rio; ausência de água encanada; dificuldade no acesso a água potável; e apesar de já ter energia elétrica, a mesma sempre apresenta problemas, o que afeta, por exemplo, a conservação de vacinas pelo posto de saúde.

Outra problemática resultante da desarticulação se refere à gestão do local enquanto APA, pois por ser uma Unidade de Conservação não é permitido, por exemplo, a venda de casas, mas os relatos indicam que já ocorreram vendas de bar e de casas, inclusive tomou-se conhecimento de uma mansão construída na Ilha para aluguel por temporada. Mesmo havendo um regimento do conselho gestor da APA, é necessário um conselho ativo para dar continuidade aos objetivos para o qual foi criada.

Apesar disso a comunidade não está completamente parada, várias reuniões acontecem em um espaço do posto de saúde ou na escola, assim como atividades que resultam de projetos e ações de instituições governamentais e não-governamentais, ou seja, as iniciativas de ações para o local em questão parecem ser, hoje, sempre realizadas por atores sociais que não pertencem à comunidade.

Os moradores da comunidade parecem se dedicar mais às suas atividades econômicas do cotidiano do que se mobilizar por melhorias, sendo sua principal atuação na figura dos Agentes Comunitários de Saúde que são membros da comunidade e acompanham a saúde das famílias sendo o principal meio de comunicação das reuniões que acontecem na comunidade.

Os principais atores sociais envolvidos nas ações locais atualmente são: a Unidade de Saúde, Unidade Pedagógica, Instituições através de projetos de pesquisa e extensão (principalmente a Universidade Federal do Pará e Universidade Federal Rural da Amazônia).

Recentemente, o Instituto Peabiru divulgou uma nova área de atuação e a Ilha do Combu fará parte da mesma, além de outras iniciativas particulares de pessoas de Belém. Como exemplo da atuação destes, podemos citar: as atividades educativas sobre saúde que é planejada pela unidade de saúde e realizada na escola (unidade pedagógica); a educação ambiental e fortalecimento cultural que é constantemente uma preocupação da unidade pedagógica; recentemente, um projeto de hortas vem sendo executado pelo MPEG; e, por fim, a sala de leitura que é um projeto pessoal fixo de uma professora de uma faculdade particular de Belém.

O que até o momento pode ser interpretado como fatores de enfraquecimento da mobilização política na/da ilha se refere à troca dos representantes, à satisfação de morar na ilha, possuindo o básico do que precisam para viver e que o conseguem na ilha e/ou em Belém, ao falecimento dos mais velhos que estiveram no auge da mobilização e à mobilização individual das comunidades, ou seja, as comunidades têm alguns momentos de interação, mas cotidianamente cada comunidade se mobiliza separadamente.

As comunidades continuam crescendo, e a infraestrutura básica necessária para a qualidade de vida destes belenenses ribeirinhos não! Neste sentido, num

primeiro momento, percebe-se que os mesmos estão um pouco acomodados devido ao avanço que a comunidade já alcançou e por ter constantemente a existência de iniciativas externas.

Apesar do crescimento populacional na ilha e sua proximidade com a área urbana, as comunidades ribeirinhas permanecem com sua realidade cotidiana ligada à natureza, aos rios e mata que ainda é predominante na ilha, demonstrando que apesar das mudanças, pelas quais toda cultura passa, seu desenvolvimento está aliado a uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente.

Esse fato não se garante pelo simples fato do Combu ser uma APA, pois se percebe a falta de fiscalização, gestão deficiente e não participação da população local. Isso se mantém pela própria dinâmica social que foi construída por esses ribeirinhos com esse território, que se desenvolveu e continua se desenvolvendo de maneira diferenciada dos demais espaços sociais vizinhos da área urbana de Belém.

4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DERGAN, João Marcelo Barbosa. *História, memória e natureza: as comunidades da Ilha do Combú-Belém-PA***.** Dissertação, Mestrado em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

_____. et all. *Espaços naturais de uso comum*. NUPAUB/USP, 2001.

FORLINE, L.; FURTADO, L. G. *Novas reflexões para o estudo das populações tradicionais na Amazônia: por uma revisão de conceitos e agendas estratégicas*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia, 2002, p. 209-227.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 de junho de 2015.

LEI n. 6.083, de 13 de novembro de 1997 (1997). *Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu no Município de Belém*. Diário Oficial do Estado do Pará. Belém, PA: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília, Universidade de Brasília, 2002. (Série Antropologia).

Portaria no. 1.945/2008-GAB/SEMA de 14/10/2008 (2008). *Dispõe sobre a Criação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu - APA Ilha do Combu.* Diário Oficial do Estado do Pará. Belém, PA: Secretaria de Estado e Meio Ambiente. Caderno 2, p 11.

Portaria Nº. 2.526/2008-GAB/SEMA de 22 de dezembro de 2008 (2008). *Sobre a nomeação dos membros do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu*. Diário Oficial do Estado do Pará Nº. 31323. Belém, PA: Secretaria de Estado e Meio Ambiente.